



Encarte do **Jornal do Senado** enfoca reação da Casa aos desdobramentos da crise internacional

Nova comissão do Senado acompanha a crise passo a passo

Composta por cinco experientes senadores – Francisco Dornelles, Aloizio Mercadante, Tasso Jereissati, Pedro Simon e Marco

Maciel –, comissão que vai acompanhar a crise financeira e propor sugestões para enfrentá-la se reúne nesta terça-feira.

ENCARTE ESPECIAL

dia da mulher

Valorização da mão-de-obra feminina ainda é desafio

Nos Estados Unidos, foi preciso uma lei, sancionada recentemente, para igualar os salários entre homens e mulheres. No Brasil, dados do Ministério do Trabalho confirmam que a diferença salarial persiste. Crise piora o quadro com mais demissões entre mulheres.

páginas 6, 7 e 16

cidadania

Leis garantem mais direitos às mulheres

Mais rigor na punição a agressores de mulheres e a ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses foram alguns dos avanços trazidos por leis editadas nos últimos cinco anos.

e mais...

| | |
|---------------------|----|
| ambiente legal | 4 |
| agora é lei | 5 |
| voz do leitor | 15 |
| frases | 15 |
| pergunte ao senador | 15 |

investigação

Um ano após a CPI, há mais controle sobre o uso do cartão corporativo

páginas 8 e 9

tributação

Novo fundo regional pode compensar perdas estaduais

página 10



JUCA VARELLA/FOLHA IMAGEM

A manutenção dos empregos é um dos maiores desafios impostos pela turbulência financeira internacional

agenda

Na pauta, mais crédito para construtoras

Senadores devem examinar medida provisória que visa aquecer mercado da construção civil para ajudar o país a enfrentar a crise internacional

A pauta do Plenário tem 60 itens pendentes de votação, a começar pelo projeto de lei de conversão (PLV 31/08) que dispensa a Caixa Econômica Federal de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio, no período de 2008 a 2010. A medida visa facilitar o crédito para empresas de construção civil, para aquecer o mercado e contornar os efeitos da crise internacional. O PLV tranca a pauta e deve ser votado antes de qualquer outro.

O projeto altera a medida provisória (MP 445/08) original, ao obrigar a Caixa a divulgar o total das operações de empréstimos na internet e encaminhar relatório semestral ao Congresso Nacional.

Também constam da pauta duas propostas de emenda à Constituição que acabam com o voto secreto para decisão sobre perda de mandato (PECs 38/04 e 86/07) e outra que institui voto aberto para todas as votações do Congresso (PEC 50/06).

Dois requerimentos devem ser votados antes da ordem do dia. Um, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), solicita ao Tribunal de Contas da União (TCU) a realização de auditoria sobre operação de compra, pelo HSBC Bank do Brasil S.A, de carteira de financiamento do Banco Nacional de Desenvol-

vimento Econômico e Social (BNDES) e de sua Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), administrada pelo antigo Bamerindus. Outro, de Raimundo Colombo (DEM-SC), solicita ao TCU informações sobre auditorias feitas em obras em Santa Catarina a partir de 2003.

Projeto da Câmara fixa feriados forenses

Outro item é o projeto de lei da Câmara (PLC 6/07) que determina, para efeitos forenses, além dos domingos e feriados, a suspensão

de todos os prazos, audiências e quaisquer outras intercorrências processuais entre 20 de dezembro e 6 de janeiro. A proposta mantém como feriados para a Justiça Federal os dias da Semana Santa (entre a quarta-feira e o Domingo de Páscoa); a segunda e a terça-feira de Carnaval; e os dias 11 de agosto, 1º e 2 de novembro, acrescentando mais um feriado – no dia 8 de dezembro.

Poderão ainda ser votadas as PECs 5/05 – que permite a brasileiros residentes no exterior eleger deputados federais – e 29/03 – que institui indicadores de responsabilidade social. Outra PEC (48/03) prorroga, de 25 para 30 anos, até 2019, o prazo para aplicação de recursos em irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste.

Plenário tem 60 itens na pauta. Votação de MP tem prioridade

CPI da Pedofilia visitará o Pará, o Amazonas e a sede do Google

A CPI da Pedofilia aprovou 19 requerimentos para realizar diligências, convocar investigados, convidar testemunhas e participar em eventos.

O presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES), anunciou que, após a coleta de depoimentos no Pará, a comissão visitará, em 30 de março, o Departamento de Segurança dos Estados Unidos e a sede da empresa Google.

A colegiada irá a Manaus e Coari (AM), entre 20 e 22 de abril, para acompanhar investigações sobre exploração sexual de menores. Magno adiantou que a CPI também irá à Paraíba nos próximos meses.

Foram convocados representantes de operadores e administradores de cartões de crédito para prestar esclarecimentos sobre mecanismos de controle

do uso de cartões de crédito no comércio de pornografia infantil. Também foram convocados João Carlos Vasconcelos Carepa, o deputado estadual do Pará Luiz Afonso Sefer e Ednilson Mendes Oliveira, já preso pela Polícia Federal.

A CPI convidou para prestar informações a delegada da Divisão de Atendimento ao Adolescente da Polícia Civil do Pará, Maria do Perpétuo Socorro Barata Maciel; a coordenadora do Programa Pró-Paz (Pará), Eugênia Sandra Pereira Fonseca; a menor S.B.G., vítima de pedofilia; Sandra Maria Carreira dos Anjos; o médico Estélio Guimarães, da cidade de Mocajuba (PA); o bispo de Marajó (PA), dom Luis Azcona; o delegado da Polícia Federal Adriano Barbosa; e representantes do Brasília Alvorada Hotel.

Comissões elegem seus presidentes nesta semana

A escolha dos presidentes das comissões temáticas do Senado será feita nesta terça-feira, paralelamente à escolha dos presidentes das comissões da Câmara dos Deputados. O anúncio foi feito pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

– Vamos fazer a escolha *pari passu* com a Câmara, para não haver divergências entre bancada ou entre partidos – disse.

Jucá negou haver impasse em relação à escolha do presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

– O que há é uma disputa, que eu espero que termine em consenso. Temos um prazo e vamos trabalhar para chegar a um acordo – afirmou.

A presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura está sendo disputada pelo PT e pelo PTB.



Obrigatoriedade estenderá uso do item a modelos populares, beneficiando consumidores de menor renda

Uso obrigatório de *airbag* vai a sanção

O presidente Lula deve sancionar, nos próximos dias, o projeto do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que torna obrigatório o uso de *airbag* duplo (para motorista e passageiro da frente) nos carros nacionais e importados.

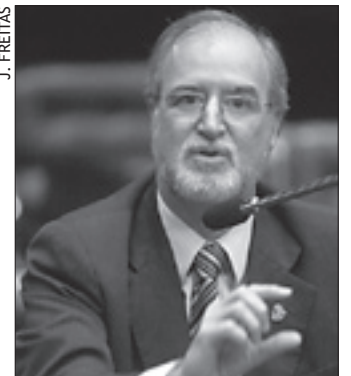
O projeto foi aprovado pela Câmara em 18 de fevereiro e modifica o Código de Trânsito Brasileiro para incluir o “equipamento suplementar de retenção”, conhecido como *airbag*, entre os itens obrigatórios de segurança. A exigência deverá ser incorporada aos novos projetos de carros fabricados ou importados um ano após a definição, pelo Conselho

Nacional de Trânsito, das especificações técnicas.

Azeredo já alertava para a obrigatoriedade do *airbag*, apesar das resistências dos próprios consumidores, preocupados com o aumento dos preços. Para o senador, no entanto, a tendência é que haja barateamento do item. E os ganhos em segurança “mais do que compensarão o eventual impacto inicial do custo dos equipamentos”.

A obrigatoriedade se estenderá também aos carros populares, beneficiando consumidores de menor renda – atualmente, os *airbags* são oferecidos em modelos de luxo.

– Já está provado que o *airbag* duplo salva, realmente, muitas vidas – afirmou o senador.



Eduardo Azeredo celebrou aprovação do projeto na Câmara e espera que vidas sejam salvas

Gilberto Goellner presta homenagem no aniversário da morte de Jonas Pinheiro



Jonas Pinheiro teve atuação parlamentar pragmática e inspirou mandato do seu substituto

O senador Gilberto Goellner (DEM-MT) lembrou o falecimento, há um ano, do senador Jonas Pinheiro, a quem substituiu no Senado. Entre as

qualidades de Jonas Pinheiro, Goellner destacou a simplicidade e a preocupação com os produtores rurais.

– Pragmático, não era dado a elucubrações filosóficas; antes, era na busca de resultados que definia sua atuação parlamentar. Identificava-se com a gente simples – disse o senador.

Goellner ressaltou que Jonas Pinheiro era respeitado também pelos grandes produtores agrícolas e pelas entidades de classe e era, ao mesmo tempo, “representante do povo simples” e “norteador das ações do agronegócio”.

– Comprometi-me com suas causas e dessa forma prossegui – prometeu Goellner.

plenário

Segunda-feira
14h – Sessão não-deliberativa

Terça-feira
14h – Sessão deliberativa

Pauta trancada – Antes de qualquer outra deliberação, senadores analisam projeto de lei de conversão (PLV 31/08), proveniente da MP 445/08, que dispensa a Caixa Econômica Federal de recolher parte dos dividendos e dos juros sobre capital próprio.

Quarta-feira
14h – Sessão deliberativa

Quinta-feira
14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira
9h – Sessão não-deliberativa

economia

Senado discute criação de novo fundo regional

Instrumento de estímulo econômico é considerado peça importante para compensar eventuais perdas decorrentes de uma futura reforma tributária

O debate sobre a política de desenvolvimento regional, que compensará parte das perdas dos estados com a reforma tributária, deve voltar à pauta do Congresso neste mês. Na Câmara, continuam as negociações em torno do relatório do deputado Sandro Mabel (PR-GO), que prevê a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR). Se aprovado, ele absorverá os fundos constitucionais e os fundos de desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O FNDR foi instituído no projeto que recriou a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco), aprovado no final do ano passado.

Enquanto isso, no Senado, essa discussão será retomada com foco no fortalecimento dos fundos atuais. Projeto da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que autoriza o governo a instituir um banco de desenvolvimento para o Centro-Oeste, em

Estudo do governo avalia que estados ganharão com a reforma

tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, deve induzir o debate sobre o FNDR. Esse banco seria responsável pela gestão dos fundos para a região, o de desenvolvimento e o constitucional, o FCO, hoje sob responsabilidade do Banco do Brasil. Nas conversas mantidas pela senadora com os governadores do Centro-Oeste, não há previsão de que esses fundos venham a ser absorvidos pelo FNDR.

Na agenda da semana, os líderes partidários devem se

reunir na Câmara, nesta terça-feira, para que os opositores apresentem suas emendas ao texto aprovado, no final do ano passado, na comissão especial da reforma tributária.

Outro evento importante é o seminário na Confederação Nacional da Indústria (CNI), nesta terça e quarta-feiras, com especialistas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sobre reforma tributária em outros países. Participam da abertura, às 14h da terça, os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, além dos ministros da Fazenda e do Desenvolvimento.

O impacto da reforma tributária no caixa dos estados implicará uma avaliação do novo desenho da política de desenvolvimento

regional. Na reunião de 18 de fevereiro, foi apresentado estudo do Ministério da Fazenda mostrando que, sem as medidas compensatórias e o efeito do crescimento econômico sobre as receitas tributárias, os estados perderiam R\$ 6,9 bilhões (em valores de 2008) no último ano de transição para o novo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), possivelmente em 2021.

No entanto, o mesmo estudo pretende evidenciar que, no cômputo geral, haverá maiores ganhos para os estados com a reforma. Pelos cálculos da Fazenda, o fim da guerra fiscal deve propiciar R\$ 15 bilhões aos cofres estaduais em 2021. A parcela repassada pelo FNDR aos

fundos estaduais deve atingir R\$ 4,7 bilhões naquele mesmo ano. As projeções gerais estimam um resultado bastante otimista. Apesar de a União perder recursos a partir do segundo ano da reforma, os cofres federais terão uma conta positiva de R\$ 1,5 bilhão em 2021. Os estados vão acumular ganhos crescentes, alcançando R\$ 37,4 bilhões no último ano de transição do novo ICMS (veja tabelas ao lado).



fundos estaduais deve atingir R\$ 4,7 bilhões naquele mesmo ano. As projeções gerais estimam um resultado bastante otimista. Apesar de a União perder recursos a partir do segundo ano da reforma, os cofres federais terão uma conta positiva de R\$ 1,5 bilhão em 2021. Os estados vão acumular ganhos crescentes, alcançando R\$ 37,4 bilhões no último ano de transição do novo ICMS (veja tabelas ao lado).

O FNDR, um dos instrumentos compensatórios para enfrentar os efeitos da reforma, será abastecido com parte (4,11% atualmente) da receita do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Essa participação subiria gradativamente até 4,8% em 2016, quando então garantiria R\$ 14,6 bilhões, segundo estimativas contidas em estudo da Consultoria do Senado sobre a proposta de emenda à Constituição apresentada pelo governo (PEC 233/08). O cálculo baseia-se no critério atual de partilha dessas receitas e não leva em conta o efeito da crise econômica (a estimativa embute crescimento econômico de 5% ao ano a partir de 2010).

Estudo defende aperfeiçoamento, não a extinção

O desenho da nova política regional deverá ser questionado no Senado. Estudo da Consultoria Legislativa da Casa analisa a proposta do governo e sugere que os fundos constitucionais deveriam ser mantidos e aperfeiçoados. O FNDR deveria cuidar somente dos recursos destinados aos investimentos em infraestrutura e aos fundos de desenvolvimento estaduais, segundo o consultor Márcio de Oliveira Júnior, autor do trabalho.

Os fundos constitucionais do Norte (FNO) e do Nordeste (FNE), instituídos por lei ordinária (7.827/89), mostraram ao longo do tempo que é mais eficaz

para os cofres públicos financiar projetos do que conceder incentivos por meio de participação acionária, como ocorria com os fundos de investimento regionais do Nordeste (Finor) e da Amazônia (Finam), suspensos em 2001 após constantes escândalos de desvios de recursos. Conforme balanço divulgado pela imprensa, com os números relativos a 2007, as empresas incentivadas deixaram de pagar ao governo R\$ 12,2 bilhões.

No entanto, os fundos constitucionais enfrentam entraves, como a falta de capilaridade. Ou seja, os bancos oficiais que atuam como agentes financeiros

da política de desenvolvimento regional, como o do Nordeste (BNB) e o da Amazônia (Basa), acabam, segundo Oliveira, se apropriando dos recursos repassados pela União, sem obedecer às diretrizes das superintendências regionais e do Ministério da Integração Nacional.

Já existe dispositivo legal que permite a formalização de convênios entre esses bancos e outras instituições financeiras, inclusive cooperativas de crédito. Só que, como explica Oliveira, esses convênios não se viabilizam porque não há incentivo para que os bancos repassem os recursos a outras instituições.

Projeto de Lúcia Vânia (em destaque) cria banco de desenvolvimento para o Centro-Oeste, que administraria os recursos destinados a incentivar atividade econômica na região. Proposta prevê manutenção dos atuais fundos regionais

Ganhos para os cofres estaduais

(em R\$ bilhões de 2008)

| | Fim da Guerra Fiscal | FNDR (parcela FDE)* |
|------|----------------------|---------------------|
| 2010 | ---- | 1,9 |
| 2011 | 0,6 | 2,8 |
| 2012 | 1,3 | 3,8 |
| 2013 | 1,3 | 4,7 |
| 2014 | 1,9 | 4,7 |
| 2015 | 2,5 | 4,7 |
| 2016 | 3,8 | 4,7 |
| 2017 | 5,0 | 4,7 |
| 2018 | 6,9 | 4,7 |
| 2019 | 10,0 | 4,7 |
| 2020 | 11,3 | 4,7 |
| 2021 | 15,0 | 4,7 |

* repasses para os fundos de desenvolvimento dos estados

Impacto total da reforma tributária

| | União | Estados |
|------|-------|---------|
| 2010 | 1,3 | 3,1 |
| 2011 | -4,8 | 6,8 |
| 2012 | -6,8 | 9,5 |
| 2013 | -10,1 | 11,7 |
| 2014 | -8,4 | 13,4 |
| 2015 | -9,5 | 15,6 |
| 2016 | -10,5 | 18,4 |
| 2017 | -7,4 | 21,2 |
| 2018 | -3,9 | 25,8 |
| 2019 | -2,4 | 30,4 |
| 2020 | -0,5 | 32,7 |
| 2021 | 1,5 | 37,4 |

Fonte: Ministério da Fazenda

Reforma tributária não fortalece superintendências regionais

Depois de extintas na década de 90 e novamente criadas, as superintendências regionais do Nordeste (Sudene), da Amazônia (Sudam) e do Centro-Oeste (Sudeco) não saem revigoradas com a política apresentada na reforma tributária. Essa constatação faz parte do estudo da Consultoria do Senado sobre a proposta do governo (PEC 233/08). O FNDR faria transferências diretas aos governos estaduais. E as diretrizes dessas agências não alcançariam os recursos federais transferidos aos fundos de desenvolvimento dos estados e do Distrito Federal.

Para evitar o risco de políticas estaduais descoordenadas e a possibilidade de reacender disputas entre os estados (não mais concedendo incentivos como na guerra fiscal, mas vantagens), o consultor Márcio Oliveira propõe no estudo "A reforma tributária e

a mudança dos instrumentos da política de desenvolvimento regional no Brasil", que elas se submetam à orientação definida pelo Ministério da Integração e pelas superintendências regionais.

Preocupação semelhante teve a senadora Lúcia Vânia na proposta de recriação da Sudeco. Os projetos de investimento seriam submetidos ao conselho deliberativo respectivo, reforçando a posição da superintendência na aplicação dos recursos. No entanto, o dispositivo foi vetado pelo presidente Lula. Hoje, ela tenta reapresentar sua proposta no bojo do projeto que cria o banco de desenvolvimento do Centro-Oeste.

As demais superintendências também seriam fortalecidas e haveria, segundo Oliveira, estímulo para os bancos realizarem convênios com outras instituições financeiras.

decisões



Dr. Rosinha (E, ao lado do senador Aloizio Mercadante) foi favorável à adesão venezuelana ao bloco e teve o apoio da maioria dos representantes do Brasil no Mercosul



Ingresso da Venezuela no Mercosul ganha apoio

Decisão da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul ainda precisa ser aprovada pela CRE e pelo Plenário

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul aprovou o parecer do deputado Dr. Rosinha (PT-PR) favorável ao ingresso da Venezuela no Mercosul. O protocolo ainda será analisado pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) e votado no Plenário do Senado.

O deputado gaúcho Cláudio Dias (PSDB) foi contrário ao parecer. Para ele, o presidente venezuelano, Hugo Chávez, gera insegurança com relação a con-

tratos internacionais e a valores democráticos. A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) advertiu que a forma de atuação de Chávez é a de apostar no conflito.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a criação de um único bloco econômico latino-americano. "O Chávez passa e a Venezuela fica", afirmou.

O presidente da Representação Brasileira no Mercosul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), observou que é um equívoco achar

que protecionismo pode ser solução para a crise financeira internacional. Ele afirmou que a solução deve ser o aprofundamento da integração.

Dr. Rosinha disse que o discurso de Chávez não tem fundamento, pois a Venezuela depende dos seus maiores parceiros comerciais: a Colômbia e os Estados Unidos.

Os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e José Nery (PSOL-PA) defenderam a adesão da Venezuela ao Mercosul.

José Maranhão assume o governo da Paraíba

O ex-senador José Maranhão (PMDB) foi empossado governador da Paraíba depois de Cássio Cunha Lima (PSDB) e seu vice, José Lacerda Neto (DEM), terem sido cassados por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2006. Maranhão, que renunciou ao mandato de senador, assumiu o cargo por ter ficado em segundo lugar nas eleições.

O senador Arthur Virgílio (AM) expressou o descontentamento do PSDB com a decisão do TSE, por razões que, "se levadas ao pé da letra", colocariam em risco mandatos de vários governadores e, inclusive, o do presidente Lula.

Roberto Cavalcanti (PRB), 1º suplente, assumiu o mandato pouco depois da renúncia de

Maranhão. Ele já havia estado no Senado em 2006, durante licença do titular, e cumprirá mandato até o dia 1º de fevereiro de 2011. Pernambucano, Roberto Cavalcanti dirige o Sistema Correio de Comunicação da Paraíba.

Arthur Virgílio lamentou a substituição de Maranhão por Cavalcanti, que responde a processos na Justiça.

Parlamentares aguardam decisão do STF sobre Battisti

A Associação Parlamentar de Amizade Brasil-Itália e a Associazione Parlamentare d'Amicizia Italia-Brasile apoiam a decisão que o Supremo Tribunal Federal (STF) vier a adotar no caso da extradição do italiano Cesare Battisti, ex-ativista condenado em seu país à prisão perpétua por quatro assassinatos.

O documento assinado pelas entidades foi apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), acompanhado do presidente da associação brasileira, deputado Maurício Trindade (PR-BA), e do presidente da entidade italiana, deputado Domenico Scipoti.

As entidades se dizem dispostas a lutar para assegurar "os direitos e os deveres" de Cesare Battisti na hipótese de ele retornar à Itália. O documento

foi lido pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Em busca de "solução política" para a questão, uma comitiva de parlamentares italianos e brasileiros visitou o presidente do Senado, José Sarney, que se mostrou cauteloso, uma vez que o caso está sob análise da Justiça brasileira.

A melhor solução para o episódio, segundo Domenico Scipoti, teria sido a deportação de Battisti. Como o governo brasileiro não concedeu a extradição, observou, resta agora esperar pela decisão do STF, que vai julgar o caso.

O senador César Borges (PR-BA) afirmou ser favorável à ex-

tradição de Battisti e disse que o governo brasileiro agiu com "dois pesos e duas medidas" ao recusar a extradição de Battisti e, por outro lado, devolver a Cuba os dois atletas que abandonaram a delegação durante os Jogos Pan-Americanos de 2007.

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) elogiou as entidades pelo respeito que têm ao STF, mas voltou a manifestar inconformismo com o ministro da Justiça, Tarso Genro, por ter concordado que a Polícia Federal embarcasse de volta os atletas cubanos. Agora, disse Heráclito, ele tomou decisão

oposta ao tentar impedir a extradição de Cesare Battisti.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) citou o argumento utilizado pelos parlamentares europeus, para quem a Justiça italiana

poderia até ter errado no caso de um homicídio, mas Battisti está condenado por quatro. Afirmou que o acusado nunca se apresentou para se defender, porém mandava advogados.

Ainda pior, segundo Camata, é o fato de Battisti ter cometido crimes no Brasil, uma vez que entrou no país com passaporte falso, tendo depois tirado uma identidade falsa e não declarado o dinheiro que recebia da França. Lembrou que Battisti só pediu refúgio depois que a polícia o prendeu, com o auxílio do serviço secreto francês. Para Camata, o refúgio fere princípios da Organização das Nações Unidas.

Acusado por assassinatos, Battisti usava documentos falsos no Brasil



Domenico Scipoti, presidente da Associazione Parlamentare d'Amicizia Italia-Brasile: melhor solução teria sido a extradição de Battisti

ambiente legal

Árvores maiores reduzem poluição

Estudo da Universidade de Leeds, Inglaterra, concluiu que o crescimento das árvores dos trópicos contribui para combater o aquecimento global. Estão sendo retirados da atmosfera 5 bilhões de toneladas de dióxido de carbono a mais por ano, o equivalente às emissões dos EUA. Calcula-se que um quinto das emissões de CO₂ é absorvido pelas florestas tropicais.

A planta que produz plástico

A fabricação de plásticos a partir de plantas deve ganhar novo impulso, evitando que milhões de toneladas de material feito de derivados do petróleo sejam jogados no meio ambiente. Para isso, uma planta, a *Arabidopsis thaliana*, foi geneticamente modificada para produzir um polímero orgânico conhecido como PHBV.

Mil e uma utilidades

Flexível e moldável, o PHBV pode ser utilizado na fabricação de inúmeros produtos, como sacolas de supermercado, garrafas de refrigerantes e utensílios domésticos. O próximo passo da pesquisa é demonstrar que os compostos estáveis obtidos na planta-modelo também são produzidos em outras plantas.

"Máquina de ver" ajuda deficiente visual

A professora Elizabeth Goldring, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, nos EUA, desenvolveu a "máquina de ver", que permite a pessoas com deficiências visuais tirar e ver

fotos, enxergar o rosto de uma pessoa e conectar-se à internet, entre outras coisas. O equipamento, montado sobre um tripé, pode ser conectado à câmera digital ou ao computador.

Nova tecnologia pode ter preço acessível

Elizabeth Goldring, com deficiência visual em um olho, explica que a imagem capturada pelo sensor da câmera é enviada para uma tela de cristal líquido (LCD) iluminada por LEDs (*Light Emitting Diodes*). As informações visuais são então focadas em um único ponto, enviado para o interior do olho. A pesquisadora acredita que é possível fabricar o equipamento por menos de US\$ 500.

congresso

Sarney quer mudança na verba indenizatória

Benefício tem gerado problemas, mas proposta de simplesmente incorporá-lo ao salário dos parlamentares talvez não seja a melhor, diz o presidente

O presidente do Senado, José Sarney, defendeu a revisão da regra que regulamenta o pagamento da verba indenizatória, paga mensalmente aos deputados e senadores e utilizada na cobertura de gastos ligados ao exercício do mandato. Pelas normas atuais, o benefício tem causado “discussões e problemas”.

Com relação à proposta de emenda à Constituição apresentada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) para incorporar os R\$ 15 mil da verba

aos salários dos parlamentares, Sarney disse não saber se essa é a melhor fórmula.

– Mas temos que encontrar um meio de acabar com a verba indenizatória, que tem criado tantas discussões e problemas. Não sei se será esse o meio, não posso dar somente minha opinião, tenho que ouvir os colegas. Mas acho sensato a gente pensar em um caminho melhor – afirmou.

Sarney também voltou a criticar o excesso de medidas provisórias que obstruem as votações

do Plenário e “empacam toda a pauta”, sujeitando tanto o Senado quanto a Câmara a “um sistema no qual a agenda das Casas é feita por MPs”.

– Quero ver se conseguimos votar cerca de 200 requerimentos que também não têm necessidade de que o Plenário discuta, para que a gente possa escolher de comum acordo os assuntos que são mais importantes e que já estão prontos, para que o debate dentro da Casa fique mais presente e mais elevado – disse.

JONAS PEREIRA



Arthur Virgílio (C), entre José Sarney (E) e Romeu Tuma: senador tucano disse em Plenário que verba para cobrir despesas com mandato deve ser “com tributação”

Arthur Virgílio abre mão da complementação de R\$ 15 mil

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) abriu mão da verba indenizatória de R\$ 15 mil mensais que a Casa põe à disposição dos senadores para cobrir despesas relativas ao exercício do mandato. Ele anunciou a decisão em Plenário e disse que enviou ofício ao presidente do Senado, José Sarney, comunicando o fato.

– Ou fica esse salário ou é outro. Mas às claras, com tributação – afirmou.

A verba indenizatória voltou ao centro dos debates neste início de ano legislativo depois de denúncias contra o deputado Edmar Moreira (sem partido-MG), que seria proprietário de um cas-

telo estimado em R\$ 25 milhões. Recaem sobre ele suspeitas de uso indevido do benefício. Moreira foi obrigado a renunciar ao cargo de 2º vice-presidente da Câmara, cuja principal atribuição é a de corregedor-geral, e acabou sendo desfiliado do partido Democratas.

Após o escândalo, a Câmara decidiu tornar públicas as notas fiscais relativas ao uso da verba e também colocar na internet o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) das empresas citadas nas notas. A Mesa do Senado, segundo José Sarney, vai estudar a possibilidade de adotar a mesma providência.



J. FREITAS

Claudia Lyra, Gerson Camata (relator), Marco Maciel (presidente), Valadares e Papaléo Paes debateram vários pontos de anteprojeto elaborado por grupo de trabalho da Secretaria Geral da Mesa do Senado

Comissão que estuda alterações no regimento debate bloco parlamentar

As atribuições dos blocos parlamentares devem abrir as discussões da próxima reunião da Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno do Senado Federal, marcada para esta terça-feira. Antes do Carnaval, o vice-presidente, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), sugeriu o reconhecimento, para efeito de escolha dos integrantes das comissões e seus dirigentes, dos blocos partidários formados no início da legislatura.

Conforme Papaléo Paes (PSDB-AP), é necessário fixar um critério rígido para esse reconhecimento, para evitar associações circunstanciais.

Alterações no estatuto do senador e em atribuições do presidente do Senado foram discutidas pela comissão no último encontro. Para Valadares, o novo regimento deveria restringir o pagamento de ajuda de custo aos senadores, coibindo, por exemplo, a liberalidade no pagamento por ocasião da eleição da Mesa do Senado. Os demais artigos referentes à remuneração dos senadores não sofreram mudanças, de acordo

com relator, Gerson Camata (PMDB-ES). No entanto, a minuta de projeto de resolução de reforma do regimento elaborada por grupo de trabalho presidido pela secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, e alvo dos debates da comissão, modificou, e até revogou, alguns dispositivos relativos às medidas disciplinares, à renúncia e à perda de mandato de senador.

Segundo explicou o presidente da comissão, Marco Maciel

(DEM-PE), as modificações sobre medidas disciplinares e perda de mandato justificam-se pelo fato de estarem na alçada, hoje, da Corregedoria do Senado e do Conselho de Ética e

Decoro Parlamentar, que inexistia quando o regimento interno foi criado.

Gerson Camata ainda conduziu uma rápida discussão sobre mudanças nas atribuições do presidente do Senado. Valadares propôs que a Mesa possa decidir, em caráter extraordinário, mas definitivo, sobre a escolha do presidente e do vice-presidente de comissão que não tenha ocorrido dentro do prazo regimental.

Camata: regular uso da palavra é o maior problema

O relator da Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno, Gerson Camata (PMDB-ES), acredita que o maior desafio está em disciplinar o uso da palavra (artigo 14) pelos senadores, uma vez que a invocação do termo “pela ordem” serve hoje para tudo. Assim, está sendo proposto o fim do mecanismo, mantendo-se a “questão de ordem” (artigos 403 a 408).

Também sobre o uso da palavra, Camata assinalou que deverá ser mantido, por sugestão de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a possibilidade de um líder partidário delegar a fala da liderança a outro integrante da bancada. A novidade estaria na introdução do uso da réplica e da tréplica pelo líder.

O novo regimento interno, comentou Marco Maciel (DEM-PE), deverá prever um colégio de líderes com poder de formatar a redação final de proposições que seguiriam direto para o Plenário. Essa sugestão partiu de Camata, que defendeu ainda a definição das votações com uma semana de antecedência.

agora é lei

Assistência gratuita para construção de moradias

As famílias com renda mensal de até três salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, já podem contar com assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia. Esse direito foi estabelecido com a entrada em vigor da Lei 11.888/09 – que alterou a lei que estabelece diretrizes da política urbana (Lei 11.124/05). As famílias com esse perfil deverão contar com o apoio de profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação.

O relator da proposta no Senado, Paulo Paim (PT-RS), considera a medida importante e lembra que o Brasil conta hoje com um déficit de 7 milhões de moradias e incontáveis núcleos urbanos mal planejados. Segundo ele, serão relevantes os ganhos sociais que decorrerão da

assistência técnica estabelecida na lei. “Não são apenas as famílias e comunidades carentes que poderão ver melhoradas suas condições de habitabilidade. Os núcleos urbanos se beneficiarão generalizadamente de ocupações mais planejadas e qualificadas”, acredita.

A nova lei tem o objetivo de formalizar o processo de edificação, reforma ou ampliação da habitação perante o poder público municipal e outros órgãos públicos, e de evitar a ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental. A assistência técnica pode ser oferecida diretamente às famílias ou a cooperativas, associações de moradores ou outros grupos organizados que as representem. Podem também ser firmados convênios ou parcerias entre entes públicos e entidades promotoras de programas de capacitação profissional, residência ou extensão universitária nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia.

reformas

Comissão mista deve agilizar reforma política

Criada pelos presidentes do Senado e da Câmara, a comissão terá até 40 dias para consolidar centenas de projetos que tratam do assunto no Congresso

Os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, criaram na semana passada uma comissão mista (composta por deputados e senadores) para consolidar os projetos sobre reforma política que tramitam no Congresso. O colegiado, ao final, apresentará projetos substitutivos, que passarão a ser examinados imediatamente pelas comissões de Constituição e Justiça do Senado e da Câmara. Segundo Sarney, existem no Congresso centenas de matérias que tratam do assunto.

A comissão deverá apresentar suas propostas “em 30 ou 40 dias”, informou Temer. Os dois presidentes entendem que a medida vai acelerar a discussão e a votação da reforma política, pois as duas Casas irão trabalhar em cima de propostas previamente discutidas na comissão mista.

– Essa questão da reforma política já amadureceu demais.

Senadores cobram discussão das mudanças com a sociedade

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) defendeu a necessidade de o Senado avançar na discussão da reforma política, que chamou de “mãe de todas as reformas”. Ele aproveitou para registrar sua adesão ao debate sobre a matéria, antes mesmo de instalada a comissão especial mista da Câmara e do Senado que tratará do tema.

Adelmir Santana ainda criticou os projetos de reforma política apresentados com a chancela do Poder Executivo no início deste ano. Adelmir Santana considerou os itens apresentados pelo governo “discutíveis”, formados por uma série de projetos que fatiam a reforma.

– Infelizmente, mais uma vez,

Há uma consciência de que ela tem de ser feita. Com a comissão, estamos começando a cumprir o que prometemos, que é agir em conjunto pelas reformas política e tributária e para resolver o problema das medidas provisórias – afirmou Sarney.

O presidente do Senado lembrou que a mesma estratégia foi empregada durante a discussão do desarmamento no país, quando uma comissão de deputados e senadores apresentou um projeto que substituiu as dezenas de propostas sobre o tema que tramitavam no Congresso.

– Vamos colocar a reforma política na agenda nacional, para que a nação possa refletir e encontrar os melhores caminhos para melhorar a vida política no país. Avançamos muito na área econômica e social, mas temos de reconhecer que não conseguimos avançar na parte política – disse Sarney.

debate-se a reforma política sem que os próprios políticos consultem o povo – lamentou.

O senador Marco Maciel (DEM-PE) classificou a discussão a respeito do assunto como um “gênero de primeira necessidade”. Muitas vezes, observou, as instituições brasileiras não respondem adequadamente às demandas da sociedade pelo fato de os parlamentares “não terem realizado ainda as reformas” necessárias.

– Seria um grande passo para que nós pudéssemos fazer as eleições de 2010 sob novos paradigmas, ou seja, com menor número de partidos políticos – disse o senador.

Para Maciel, temas como redução do número dos partidos políticos e alteração do sistema de voto em lista aberta, entre outros, devem ser amplamente debatidos pela sociedade e pelos parlamentares.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu que a reforma política seja discutida em audiência pública no Plenário, com a participação de entidades representativas da sociedade, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), representações sindicais, patronais e de trabalhadores.



José Sarney, ao lado de Michel Temer, concede entrevista sobre a comissão mista para viabilizar a reforma política

Juristas debatem criação de nova categoria de magistrado

Os juristas da comissão que elabora o anteprojeto do novo Código de Processo Penal (CPP) começaram a analisar na semana passada a minuta apresentada pelo relator, o procurador da República Eugenio Pacelli, e sua proposta de criação da figura do juiz de garantias – aquele que participa somente da fase de investigação, não sendo o responsável pela sentença num processo penal.

A ideia é assegurar maior isenção do juiz que proferirá a sentença. De acordo com o relator, cada comarca jurídica deve ter um juiz responsável pela in-

vestigação – o juiz de garantias – e outro que fará o julgamento e estabelecerá a sentença a ser aplicada ao réu.

Na opinião do professor titular da Universidade de São Paulo (USP) e integrante da comissão Antônio Magalhães Gomes Filho, essa medida poderá prejudicar pequenas comarcas, uma vez que nem todas possuem mais de um juiz.

Para ser possível a adoção do juiz de garantias mesmo nesses locais, Gomes Filho defendeu que o novo texto do CPP apenas impeça que o juiz que efetivamente atuou na fase

investigativa participe de todo o processo penal.

Nas comarcas onde houver um magistrado, sugeriu o jurista, a legislação da Organização Judiciária determinará quem atuará como juiz de garantias, que, para ele, poderá ser o juiz de uma circunscrição próxima. Assim, o novo CPP não obrigaria a presença de dois juízes em todas as comarcas.

A comissão já tem agendadas quatro reuniões para março, nos dias 16, 17, 30 e 31, sempre a partir das 9h, na sala dos consultores da Biblioteca do Senado.



Hamilton Carvalhido (E), ministro do Superior Tribunal de Justiça, preside reunião do grupo de juristas

Ajude a atualizar o Código de Processo Penal

A comissão externa destinada a reformar o Código de Processo Penal foi instalada no ano passado pelo então presidente do Senado, Garibaldi Alves, a requerimento do senador Renato Casagrande (PSB-ES).

Composta por nove juristas, sua finalidade é atualizar um código (Decreto-Lei 3.689/41) que vigora há 67 anos.

Antes da elaboração do anteprojeto do Código de Processo Penal, a comissão irá submeter

o texto a consulta pública. Em seguida, a versão final, já com a incorporação de sugestões, será levada a exame dos parlamentares para que eles apresentem o projeto de lei do novo Código, a ser votado pelo Congresso.



Marco Maciel defende redução no número de partidos e alteração no sistema de voto em lista aberta

investigação

Mesquita Júnior quer audiências públicas nas sessões de sexta

As sessões não-deliberativas das sextas-feiras, destinadas a pronunciamentos dos senadores, poderão passar a ser dedicadas à realização de audiências públicas para o debate de temas de grande interesse da população brasileira. Esse é o desejo do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que, em discurso na última sexta-feira, chegou a sugerir dois temas para serem debatidos em breve: reforma política e combate à pedofilia.

– É chegada a hora de consultar a população brasileira, de forma organizada, por meio de sindicatos e demais entidades representativas sobre a reforma política, que não desenrola – disse o senador.

Com relação à pedofilia, Mesquita Júnior, membro da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que trata do tema no Senado, ressaltou que é preciso discutir com a sociedade e com os parlamentares formas mais

eficazes para se combater esse crime.

Críticas a Hillary Clinton por cobrança ao Brasil

O senador aproveitou para criticar a secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, pelo assunto escolhido para tratar com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, na visita do chanceler aos Estados Unidos. Após registrar que Hillary “deu um carão” no Brasil ao se referir a direitos humanos, ele frisou que os EUA não têm “qualquer autoridade moral para nos criticar nessa área e cobrar providências”.

Mesquita Júnior ainda anunciou que fará um convite para que o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, preste esclarecimentos ao Senado sobre a tentativa do PMDB de trocar parte da diretoria do Fundo de Pensão de Furnas, a Fundação Real Grandeza.

Projeto de Jarbas acaba com sessões solenes em julho e dezembro

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) apresentou projeto de resolução do Senado que altera o Regimento Interno para proibir a realização de comemoração ou sessão especial no Plenário nos meses de julho e dezembro.

Mesmo reconhecendo a importância das comemorações (que são realizadas na hora do expediente da ordem do dia do Plenário) e das sessões especiais, Jarbas Vasconcelos observou que “tais institutos não podem ter primazia sobre a atribuição precípua do Senado Federal, que é a atividade legislativa”.

– Atividade legislativa essa para a qual os meses de julho e dezembro são estratégicos. Em julho, por conta da proximidade da interrupção da sessão legislativa. E em dezembro, por conta da proximidade de seu encerramento – disse o senador, acrescentando que os meses de



GERALDO MAGELA

Jarbas afirma que sessões especiais e comemorações não podem ter primazia sobre a atividade legislativa

julho e dezembro são “especialmente atribulados”, devido ao acúmulo de projetos, propostas e medidas provisórias para serem votados.

A restrição também trará economia aos cofres do Senado, defende o senador, pois as comemorações e sessões especiais exigem gastos da instituição.

Mão Santa critica alta alíquota de ICMS sobre a cana no Piauí

Mão Santa (PMDB-PI) criticou a política tributária do governo do estado do Piauí no que se refere ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre a cana-de-açúcar e seus derivados, especialmente sobre o álcool combustível. O senador informou que o percentual de ICMS cobrado no estado é de 25% e que o governador de São Paulo, José Serra, reduziu a alíquota do imposto para 12,5%.

Ao citar e-mail recebido do engenheiro Augusto Basílio, Mão Santa disse que os políticos do PT em seu estado estão “sem rumo” e que “falta competência

e visão de futuro” a eles. Para o senador, a alta tributação sobre a cana dificulta o investimento em novas usinas, o que impede a criação de milhares de empregos. A falta de investimento no setor sucroalcooleiro, ressaltou o parlamentar, traz obstáculos à redução do uso de combustíveis fósseis, prejudiciais ao meio ambiente e causadores do efeito estufa.

Mão Santa afirmou ainda que a maioria dos e-mails que recebe é enviada por aposentados que relatam suas dificuldades com a defasagem no valor de suas aposentadorias.

João Pedro defende MST, mas repudia assassinatos

Ao lamentar episódio ocorrido em Pernambuco, senador avalia que movimento não deve ser punido pela “irresponsabilidade de poucos”

Embora condene a participação de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no assassinato de quatro seguranças de uma fazenda ocorrido em Pernambuco no dia 21 de fevereiro, João Pedro (PT-AM) avalia que “o episódio não desqualifica a luta da entidade por terra para os trabalhadores, crédito, educação e justiça social no campo”.

O senador criticou o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, que considerou ilegal o repasse de recursos públicos a organizações envolvidas nesse tipo de ato. João Pedro reivindicou que esses repasses ocorram de forma criteriosa, e observou que “o MST organiza diversas

cooperativas com esses recursos, fundamentais para a subsistência dos trabalhadores”.

– Eu não acredito que o MST, uma entidade legal, estimule assassinatos. Não se pode punir o MST pela irresponsabilidade de uns poucos em Pernambuco.

Ao reivindicar uma política pública para os trabalhadores rurais que não retire recursos de entidades como o MST, João Pedro também apelou por “um olhar social e ambiental” do Senado para a medida provisória que trata da regularização fundiária em ocupações em terras da



J. FREITAS

João Pedro pede mais critérios para repasses e diz que fato não desqualifica luta da entidade

União situadas na Amazônia Legal (MP 458/09), em tramitação na Câmara dos Deputados.

– Se não tivermos cuidado, poderemos, em vez de fazer justiça, aprofundar problemas ambientais e sociais.

Sarney apoia declarações de Gilmar Mendes

O presidente do Senado, José Sarney, manifestou “total apoio” ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, por ter condenado as invasões de fazendas promovidas pelo MST.

– O ministro Gilmar Mendes está prestando um grande serviço ao Brasil: está defendendo o Estado de direito, as liberdades públicas. Está consolidando os ideais pelos quais tanto lutamos e o povo brasileiro tanto dese-

jou, de implantar uma democracia estável, na qual se possa respeitar o direito de todos. Aquele princípio de que cada direito começa onde termina o direito dos outros – afirmou.

Para Sarney, as declarações “são oportunas”, observando que, entre as atribuições do STF, está a de guardião da Constituição.

– Da mesma forma que o ministro, acho que não podemos jamais violar os direitos assegura-

dos pela Constituição.

Em entrevista à imprensa, Gilmar afirmou que os sem-terra devem ter liberdade para manifestar e protestar, mas desde que respeitem os direitos das pessoas e a propriedade privada e pública. O presidente do STF cobrou do Ministério Público a fiscalização de repasses de verbas públicas aos movimentos de sem-terra. Gilmar sustentou ainda que tais repasses são ilegais.

Plenário faz homenagem à memória de Osiris Lopes Filho

O Plenário aprovou, na última sexta-feira, voto de pesar pela morte do advogado tributarista e ex-secretário da Receita Federal Osiris Lopes Filho, falecido em Brasília no dia anterior, aos 69 anos. O requerimento, assinado pelo senador Marco Maciel (DEM-PE), foi apoiado por Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Adelmir Santana (DEM-DF) e Mão Santa (PMDB-PI).

Para Maciel, Osiris Lopes Filho foi um profissional assertivo na defesa de suas ideias, que sempre exerceu suas funções “com talento, competência e espírito público”. O senador destacou a passagem de Osiris pela Receita Federal, observando que ele “elevou a arrecadação sem jamais aumentar a carga tributária”.

Adelmir disse que Osiris “enriquecia as discussões” sobre Direito Tributário. Já Geraldo Mesquita Júnior observou que Osiris “fará uma



JANE DE ARAÚJO

O advogado tributarista Osiris foi secretário da Receita e escrevia artigos no Correio Braziliense

enorme falta” nos debates que se seguirão sobre questões tributárias.

Além de inserir em ata voto de profundo pesar pela morte do advogado, o Senado irá apresentar três votos de condolências: à família de Osiris; à Universidade de Brasília (UnB), da qual ele era professor; e ao jornal *Correio Braziliense*, no qual sempre escrevia artigos de ordem tributária.

Maciel lamenta falecimento de Geraldo Magalhães

Marco Maciel (DEM-PE) apresentou “voto de profundo pesar” pelo falecimento do engenheiro e político pernambucano Geraldo Magalhães Melo, ocorrido na madrugada do dia 24. O Senado enviará condolências à família.

O senador destacou as realizações de Geraldo quando foi prefeito do Recife, entre 1960 e 1970, como a construção de viadutos, a implantação do centro esportivo da cidade e o início da urbanização do bairro da Boa Viagem. O engenheiro faleceu aos 82 anos, vítima de complicações decorrentes de uma cirurgia no cérebro.

– Ele integra uma das mais honradas e dignas famílias de Pernambuco. Não poderia deixar de externar meu sentimento pelo desaparecimento de tão ilustre homem público, que é também o sentimento de todo o povo do estado – disse Maciel.



FOTOS: JOSÉ CRUZ

Telma Venturelli, coordenadora da pesquisa: "Queremos conhecer quem é o político, quem é o vereador eleito"

Interlegis realiza Censo do Legislador este ano

Programa pesquisará origem, formação pessoal e trajetória política dos vereadores eleitos, para mapear e entender melhor as suas propostas

A Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Interlegis) realizará no segundo semestre deste ano, como parte do Programa Interlegis 2, o Censo do Legislador. O objetivo é, por meio de amostragem aleatória, identificar a origem social, econômica e de liderança dos vereadores, sua formação formal e política, além de historiar sua trajetória política e partidária e mapear seu desempenho legislativo.

– Nós queremos conhecer quem é o político, o vereador eleito. De onde ele vem, quais são suas propostas, aonde ele pretende chegar – afirmou a coordenadora da pesquisa, Telma América Venturelli, funcionária da Subsecretaria de Planejamento e Fomento.

Paralelamente a esse censo, que será feito pela primeira vez, terá início o 2º Censo do Legislativo Brasileiro, que aproveitará, na primeira etapa, a ser realizada em 2009, o mesmo universo da amostra do Censo do Legislador – 2.200 câmaras municipais, que terão sua estrutura física, administrativa e funcional mapeada.

Telma explicou que as pesquisas trabalharão com duas variáveis: número de municípios e de vereadores. Com base em dados como perfil do vereador, a linguagem utilizada por ele, a realidade e as carências da câmara municipal, o Interlegis apresentará uma proposta de modernização do legislativo municipal, por meio de uma política de negociação e de adesão voluntária da casa legislativa, destacou a pesquisadora.

Dados serão colocados à disposição de todos

A segunda etapa será realizada em 2010 ou 2011. A escolha da data dependerá da consistência dos dados coletados na primeira fase. Se consistentes, as pesquisas de campo do 2º Censo do Legislativo serão estendidas às restantes 3.362 câmaras somente em 2011, ano em que o Censo do Legislador abrangerá o Congresso Nacional e as assembleias legislativas, com a inclusão de dados sobre deputados estaduais e federais e senadores.

Um ano depois de coletados, os dados estarão disponíveis a

todos os interessados, entre os quais se encontram os próprios legisladores, gestores, juristas, órgãos de planejamento municipais e estaduais e também o setor não-governamental e privado e a sociedade civil organizada. Telma Venturelli enfatizou que esse é um projeto de longo prazo e tem a duração prevista de 20 anos.

Nesse segundo censo, a coordenadora conta com uma equipe de 30 recenseadores e a colaboração mais intensa das câmaras municipais. Porém, a idéia é que os próprios legisladores absorvam as propostas como suas e assumam a gerência do conhecimento, formando uma cadeia de multiplicadores "e, por que não dizer, de solidariedade", sugeriu.

O 1º censo mostrou a existência de grandes deficiências nas áreas administrativa e de elaboração e controle orçamentário.

– A representação política é muito afetada pela dificuldade de comunicação do legislador com a sociedade em geral e na própria apresentação de projetos – revelou Telma Venturelli.

Dezoito cursos a distância inscrevem até 15 de março

Iniciado em 13 de fevereiro, o prazo para a pré-matrícula nos cursos a distância do Interlegis vai até 15 de março. Dos 18 cursos que integram a grade curricular, dois estão sendo oferecidos pela primeira vez: Poder e Processo Legislativo e Tutoria no Ensino a Distância.

Os demais cursos oferecidos são: Busca da Qualidade; Licitações e Contratos; Fundamentos do Ensino a Distância; Instituições de Controle Orçamentário; Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal; Introdução ao Orçamento Público; Lei de Responsabilidade Fiscal Avançada; LRF – O Planejamento da Receita e da Despesa; Orçamento Público; Práticas de Orçamento Público; Técnicas de Oratória; Processo Legislativo Municipal; Noções Básicas de Administração; Pregão Eletrônico; Direitos e Deveres do Servidor Público; e Processo Administrativo Disciplinar.

Os cursos, com início em 20 de março, terão duas turmas de 250 alunos cada e duração de três meses. A exceção é o curso Poder e Processo Legislativo, com duas turmas de cem alunos cada. A justificativa, conforme o coordenador do Sistema de Saberes de Capacitação do Interlegis, Maurício Silva, é que esse curso terá exercícios com questões subjetivas.

– A grande vantagem é que os cursos são gratuitos e todo o material é gratuito, enquanto o [curso] presencial exige muito gasto – afirmou.

No primeiro dia, 4.463 pedidos de matrícula

No dia seguinte à abertura do prazo para a pré-matrícula, já havia 4.463 inscritos, entre servidores dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Em 2008, foram atendidos 18.724 alunos. Desse total, 11 mil só no segundo semestre.

– Em 2009, pretendemos dar prioridade aos servidores do Legislativo – informou o coordenador.

Maurício Silva disse ainda que a procura é maior nas câmaras municipais, e são sobretudo os funcionários que buscam a capacitação. Já as assembleias legislativas estão mais bem aparelhadas e costumam montar seus próprios cursos, com duas exceções: a do Ceará e a de Minas Gerais, que realizam um trabalho conjunto com o Interlegis.

Na avaliação do coordenador, a qualidade do curso depende, principalmente, do aluno, pois ele tem à disposição o conteúdo, sugestões de leitura complementar e a oportunidade de participar de fóruns de discussão com colegas e acompanhamento pelo tutor.

Nesse processo, há ainda a participação do especialista. Cada curso tem o seu tutor, que é voluntário e pertence ao Interlegis, podendo ser um diretor, chefe de gabinete ou secretária, entre outros cargos. Já o especialista é alguém com conhecimento sobre o conteúdo do curso e que pode ser consultado pelo tutor para responder a perguntas e tirar dúvidas, participando do fórum. O especialista também corrigirá as questões subjetivas do curso Poder e Processo Legislativo.



Segundo Maurício Silva, procura pelos cursos é maior entre funcionários das câmaras municipais

Plenário debaterá previsões da OIT sobre desemprego no mundo

A taxa de desemprego global poderá aumentar 6,1% em 2009 com relação a 2008, resultando num total de 198 milhões de pessoas desempregadas – 8 milhões a mais do que no ano passado –, conforme relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), baseado em dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) e nas tendências atuais do mercado de trabalho. O assunto deverá ser debatido pelos senadores em sessão especial no dia 30 de abril para comemorar os 90 anos de criação da OIT, por iniciativa do senador

Aloizio Mercadante (PT-SP).

Intitulado *Tendências mundiais do emprego*, o documento divulgado no final de janeiro aponta que esse é o mais otimista dos três cenários traçados para o aumento do desemprego em decorrência da crise financeira internacional. O segundo aponta aumento de 6,5% no índice de desemprego (que atingiria 210 milhões de pessoas) e o terceiro, de 7,1% (230 milhões).

Segundo a OIT, o desemprego aumentará principalmente nas economias mais desenvolvidas. Os pacotes econômicos

anunciados por vários países deverão, no entanto, ter efeito positivo na economia e no emprego.

Uma das funções mais importantes da OIT é a criação de normas internacionais de trabalho sob a forma de convenções ou recomendações a serem adotadas pelos países-membros. Fundada em 1919 para promover a justiça social, a OIT tem sede em Genebra (Suíça) e escritórios nos países-membros. É a única entidade do sistema das Nações Unidas com estrutura tripartite e igualitária de empregadores,

empregados e governo.

No Brasil, a OIT existe desde 1950, época em que começou a desenvolver programas e atividades na área trabalhista, visando ao aperfeiçoamento das normas e relações do trabalho, estabelecimento de políticas e programas de emprego, formação profissional e proteção social. Um dos projetos da OIT no Brasil, intitulado Trabalho Decente, oferece cooperação técnica aos programas sociais do governo, incluindo o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, o Fome Zero, entre outros.

institucional

Servidores terão ajuda para largar o cigarro

Começa nesta sexta-feira a primeira das cinco sessões do Grupo de Controle do Tabagismo. Integrantes serão acompanhados por três meses

As inscrições de pessoas que desejam parar de fumar no programa Grupo de Controle do Tabagismo, da Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado (Sams), superaram as expectativas: um dia após a abertura do prazo para adesões, já havia número suficiente para a formação de dois grupos de 15 pessoas cada.

O trabalho será realizado com um grupo de cada vez. Seus integrantes participarão de cinco sessões às sextas-feiras, com início no dia 6 de março, das 9h às 11h30. As pessoas serão acompanhadas por três meses, período durante o qual deverão fazer uso de medicamento.

A pneumologista e coordenadora do programa, Elizabeth Rosa e Silva, informou que a iniciativa, inédita no Senado, é uma parceria com a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito

Federal e segue as orientações de cartilha elaborada pelo Ministério da Saúde e pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca), órgão voltado a ações nacionais integradas para o controle e a prevenção da doença.

Segundo a médica, a importância do conhecimento sobre os mecanismos do vício pode evitar a recaída.

“Gordo eu não quero ficar, prefiro fumar” é a desculpa mais comum dos ex-fumantes para voltar ao vício, lembra a pneumologista. O uso da nicotina, ensinou, acelera o metabolismo e sua interrupção o reduz, e isso faz a pessoa engordar.

– Nossa receita é: faça atividade física. Troque a nicotina pelo exercício. E não troque o cigarro por uma bala, chocolate ou biscoito – outro subterfúgio comumente utilizado, explicou Elizabeth Rosa e Silva.

Palestra com abordagem histórica abre programa de controle do tabagismo

O programa oferecido aos servidores que pretendem parar de fumar será iniciado com uma palestra do pneumologista Celso Antonio Rodrigues da Silva.

Em entrevista à Agência Senado, Celso Rodrigues informou que a palestra “O que todos precisam saber sobre tabagismo” conterà um histórico de quando a Humanidade deu início ao uso do cigarro e quando este foi introduzido no Brasil; a dependência química que o tabaco provoca, tornando difícil para o fumante abandonar o hábito

sozinho; e os principais males que o vício provoca.

O pneumologista manifestou preocupação com o fato de as indústrias fumageiras estarem focando suas ações em crianças e adolescentes, fazendo até mesmo a difusão do vício em meios de comunicação. Ele destacou ainda que outro meio muito utilizado para introduzir o jovem no universo do tabaco é o “narguilé”, que contém tabaco misturado a bebida alcoólica.

– Cada puxada equivale a dez cigarros – disse o médico.

presidência

Alvaro Uribe destaca crescimento das relações bilaterais

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu a visita do presidente da Colômbia, Alvaro Uribe, que esteve no país para discutir os impactos da crise econômica internacional. Sarney frisou o crescimento das relações entre os dois países,

ressaltando que a balança comercial alcança hoje um nível que não se registrava há alguns anos. Uribe também comentou sobre esse crescimento.

– Nos próximos dez anos o Brasil poderá vir a ser o primeiro investidor na Colômbia,

ultrapassando Estados Unidos, Espanha e Inglaterra – disse.

Uribe mencionou seu “esforço para a construção de um ambiente de confiança e com valores democráticos para estimular o investimento com valores sociais” em seu país.



Presidente da Colômbia assina o livro de visitas do Senado, ao lado de Sarney, Azeredo, Adelmir e ACM Júnior

Sarney recebe vice-presidente chinês

José Sarney recebeu a visita do vice-presidente da China, Xi Jinping. O estreitamento dos vínculos de amizade e comércio entre os dois países foi o tema recorrente na conversa entre ambos.

– Vejo com prazer a visita porque sempre disse que as relações entre Brasil e China deveriam ser privilegiadas – afirmou Sarney.

O senador mencionou o

fato de ter sido o primeiro presidente do Brasil a visitar aquele país, em 1988, de quem se considera “amigo e admirador” da cultura, da história e de seu povo.

Xi Jinping afirmou que Brasil e China devem continuar a promover as relações bilaterais de um modo “construtivo”, para que a parceria se enriqueça e avance em todas as áreas.

Embaixador da China despede-se do Brasil

O embaixador da China, Chen Duqing, esteve no Senado para despedir-se em razão de estar voltando para Pequim. Ele falou da dedicação de sua vida ao estreitamento das relações sino-brasileiras e da importância de José Sarney nesse relacionamento.

– O programa de satélites lançados por Brasil e China começou no governo dele.

RESPOSTA

José Sarney respondeu a artigo da revista inglesa *The Economist*, do último dia 5, que apontou a eleição de Sarney para a Presidência do Senado como “uma vitória para o semifeudalismo”. Em carta publicada no site do periódico, o senador lembra seu papel como primeiro presidente após a ditadura militar.

ESTADOS UNIDOS

O embaixador dos Estados Unidos, Clifford Sobel, cumprimentou José Sarney pela posse na Presidência do Senado. Ele também conversou sobre a visita que o presidente Lula fará a Barack Obama neste mês e disse que as relações Brasil-Estados Unidos têm tudo para continuar crescendo.

TCU

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar, e o senador José Sarney conversaram sobre a intensificação da fiscalização que aquela corte exerce sobre os gastos públicos. Sarney destacou a importância que ele vê no TCU para completar a atividade do Congresso.

Vereadores não querem redução nos repasses para câmaras

Vereadores de 12 capitais brasileiras foram recebidos por José Sarney, a quem pediram que o Congresso não reduza os repasses orçamentários recebidos pelas câmaras municipais. Eles querem participar mais dos debates em torno da PEC 47/08, que fixa o percentual do orçamento municipal que pode ser gasto pelas câmaras municipais.

Patrus Ananias defende solução rápida para filantrópicas

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, defendeu, em visita a José Sarney, a aprovação urgente de uma proposta que altere as regras para a certificação de entidades filantrópicas. O ministro afirmou que o importante, no momento, é aprovar um projeto que transfira a concessão de certificação dessas instituições aos respectivos ministérios.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Elga Mara Teixeira Lopes
Direção de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro
Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Mikhail Lopes, Suelly Bastos e Valter Gonçalves Jr.
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Por que a Justiça brasileira não anda

Programa investiga a morosidade do Judiciário e se mutirão de juízes poderá julgar 50 milhões de processos

O 2º Encontro Nacional do Judiciário reuniu em Belo Horizonte centenas de juízes, desembargadores e ministros de tribunais superiores. A principal decisão do evento foi um acordo para julgar ainda este ano todos os processos judiciais distribuídos até 31 de dezembro de 2005, algo em torno de 40 a 50 milhões de processos.

No Brasil tramitam na Justiça nada menos que 67 milhões de processos, ou seja, quase um para cada três habitantes.

Como se chegou a essa situação? Quais as causas da morosidade do Judiciário? Será possível atingir a meta traçada pelo encontro de juízes?

Esse é o tema do quadro Entrevista Especial do *Conexão Senado*, que vai ouvir a opinião de especialistas e de senadores.

Conexão Senado – Senado FM e OC
2/3, segunda-feira, às 8h
Internet: segunda-feira, 2/3

O que é preciso para receber um título da reforma agrária

O processo de assentamento e de reforma agrária é o tema do *Fique por Dentro da Lei* desta segunda-feira, em que a Rádio Senado reapresenta entrevista feita pelo repórter Alexandre Campos com o superintendente do Incra em Tocantins, José Roberto Forzani. Ele respondeu a carta de um ouvinte, que mora no assentamento Barra Mansa, no município de Recursolândia (TO).

O superintendente esclarece no programa o que é necessário para se candidatar a receber um título de reforma agrária, e quais os direitos e deveres dos assentados.

Fique por Dentro da Lei
Senado FM e OC
2/3, segunda-feira, às 10h
Internet: segunda-feira, 2/3

Ginecologista alerta mulheres sobre Aids

Na última década, o índice de infecção pelo HIV triplicou entre mulheres com mais de 50 anos: 72% delas não usam preservativo nas relações com parceiros casuais, revela pesquisa de comportamento feita pelo Ministério da Saúde.

Diante disso, o ministério e a Secretaria Especial de Política para as Mulheres lançaram neste Carnaval campanha de prevenção à Aids – “Sexo não tem idade para acabar. Proteção também não”.

A ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Política para as

Mulheres, ressalta que é importante acabar com o estereótipo de que as mulheres com mais de 50 anos não têm vida sexual ativa.

Sobre o assunto, na semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, o programa *Pergunte ao Doutor* conversa com o ginecologista Luciano Góes, especialista em envelhecimento.

Pergunte ao Doutor – Senado FM
4/3, quarta-feira, às 7h30
Internet: quarta-feira, 4/3

Professor fala de jornalistas intelectuais

Que espaço no jornalismo impresso brasileiro ocupam figuras como Alberto Dines, Zuenir Ventura, Ruy Castro e Fernando Morais?

Quem responde à questão é um dos mais jovens doutores em Comunicação Social do Brasil, Fábio Henrique Pereira. No ano passado, ele defendeu a tese “Jornalistas intelectuais no Brasil: identidade, práticas e transformações”.

Fábio é professor de texto jornalís-

tico e metodologia científica do curso de Comunicação do Instituto de Educação Superior de Brasília (Iesb). Ele também é assessor de imprensa do Portal de Periódicos Científicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Estação da Mídia – Senado FM
3/3, terça-feira, às 7h30
Internet: terça-feira, 3/3



Processo relativo à reserva Raposa Serra do Sol: ministro do STF Carlos Alberto Direito (D) dá seu voto



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).
NET, Mais TV e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:
Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: 3/4

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Capitalismo e recessão

"O capitalismo já era e o governo não vai resolver o problema da recessão investindo nos grandes capitalistas, como bancos e empresas automatizadas que não geram empregos. Deve-se investir na agricultura, nas microempresas e especialmente no povo, devolvendo o salário dos aposentados, que, de forma totalmente injusta, foi achatado, impedindo dessa forma que uma grande parte da população brasileira possa consumir. Portanto, vejo que é bastante sensato investir no povo, pois os aposentados não mandam dinheiro para fora e o retorno seria imediato para o nosso país, gerando, assim, empregos, renda e devolvendo para o governo de forma imediata mais de 40% em impostos."

Walnete dos Santos, de Joinville (SC)

Aposentados

"A minha maior preocupação não é a atitude do governo Lula e dos políticos da base de sustentação que estão obstruindo o reajuste real para todos os aposentados e pensionistas, mas sim o silêncio e a passividade de toda a comunidade brasileira de aposentados e pensionistas, que estão indo em fileira como carneiros para o matadouro."

Mario Antonio de Almeida, de Araçatuba (SP)

Concurso público

"Sugiro que os concursos públicos, sobretudo os da esfera municipal e especificamente da região Nordeste, sejam submetidos a critérios mais rigorosos de fiscalização."

Rogério Paiva Castro, de Juazeiro do Norte (CE)

Juros altos

"A crise está afetando nosso país com a cobrança de juros altos nas prestações atrasadas. Os brasileiros não estão conseguindo pagar suas contas e por isso estão correndo atrás de empréstimos para quitar as dívidas. Gostaria de pedir ao presidente, senadores e

deputados federais que aprovem o adiantamento do pagamento do PIS. Dessa forma, poderíamos ajudar muitas pessoas que estão com suas contas atrasadas a não pagarem os juros desta crise."

Ivan Alves Marinho, de Marília (SP)

Crise na saúde pública

"Não é de hoje que a saúde pública anda mal. Há um descaso generalizado e apenas alguns hospitais são referência, como o das Clínicas em São Paulo, que não consegue atender à demanda. São hipertensos que morrem em filas e jogadores que morrem por falta de aparelho em campo; são postos sem médicos; são hospitais sem leitos. Repete-se mais esse drama eterno, sem solução e sem melhoria. Ninguém deve esquecer a intervenção do governo federal no estado do Rio de Janeiro há pouco tempo, mas que não trouxe melhoria nem resultado positivo algum. Serviu apenas como propaganda oficial e escancarou em rede nacional o que todo brasileiro já conhece no dia-a-dia em qualquer unidade pública de saúde. Existem ainda as denúncias constantes de desvio de verba, e aí talvez esteja o xis da tragédia. Nenhuma apuração séria que chegue à punição de algum criminoso que aumenta seu patrimônio em detrimento de vidas de pessoas humildes. As licitações superfaturadas são a maneira mais comum de corrupção. Outro problema é a compra em excesso de alguns remédios. Não são raras as notícias do descarte, sem utilização, por vencimento de prazo, e da falta de outros medicamentos. Sobram sugestões de todo tipo de como melhorar a saúde pública. A informatização deve ser imediata, para que consultas sejam marcadas pela internet e resultados sejam retirados pela rede. Ao menos as longas horas em filas intermináveis seriam evitadas. Acho fundamental uma avaliação de qualidade para desburocratizar e racionalizar o atendimento, além de investimentos maciços em prevenção."

Pedro Cardoso da Costa, de São Paulo (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

frases



O momento exige medidas efetivas, menos discurso, menos palanque e mais realismo. O mundo está perplexo, contendo despesas e elegendo prioridades. Aqui o governo Lula não pode ser impulsionado pelas eleições de 2010, não pode deixar de governar porque tem que plantar um candidato que lhe interessa para a sua sucessão

Marisa Serrano, cobrando do governo mais empenho no enfrentamento da crise.

É humilhante dar tantas explicações. A opinião pública percebe a verba indenizatória como um expediente

Arthur Virgílio, que abriu mão da verba indenizatória de R\$ 15 mil.

Não sei se essa é a melhor fórmula [incorporar ao salário], mas temos que encontrar um meio de acabar com a verba indenizatória, que tem criado tantas discussões e problemas

José Sarney, ao opinar sobre a proposta de incorporar os R\$ 15 mil da verba indenizatória aos salários dos parlamentares.



Flexa Ribeiro, para quem o governo usou o encontro de prefeitos em Brasília para favorecer a pré-candidatura de Dilma Rousseff à Presidência.

O que vimos nada mais foi do que um palanque para a promoção pessoal de uma servidora pública, que, não por acaso, é a provável candidata à sucessão presidencial pelo PT

A situação é grave, pois não há como impedir que *sites* de pedofilia funcionem em países onde esse crime não é tratado com a gravidade devida. Em face disso, devemos estar sempre alerta em nossas casas, onde crianças e jovens utilizam o computador

Flávio Arns, ao conclamar governo e sociedade a um esforço para erradicar a prática da pedofilia no país.

Em matéria de disputa eleitoral, não estamos no início de 2009, mas no início de 2010

Paulo Paim, defendendo a antecipação de debates entre os candidatos às eleições presidenciais de 2010.

As questões ambientais não se restringem apenas à permanente luta pela preservação da exuberante Floresta Amazônica, mas, de forma abrangente, a uma imensa diversidade de situações e de interação com os seres humanos

Sérgio Zambiasi, preocupado com o avançado processo de desertificação no sudoeste do Rio Grande do Sul.



pergunte ao senador

Airbag tem eficiência comprovada na prevenção de acidentes

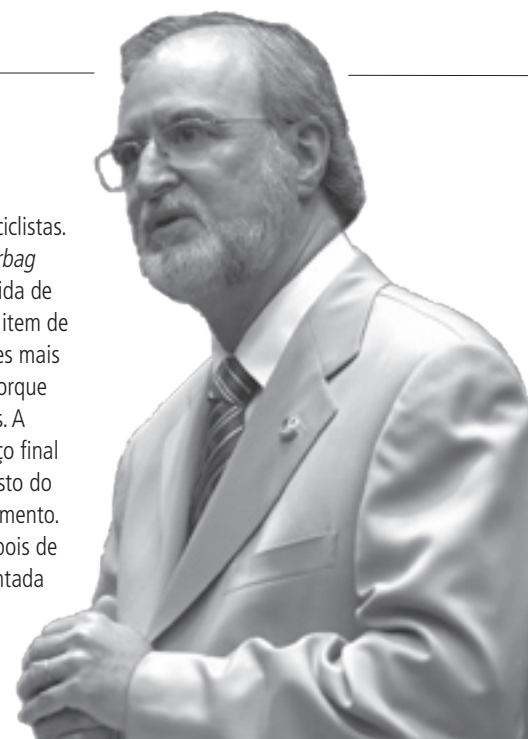
"Tomei conhecimento da aprovação do projeto que obriga as fábricas a instalarem *airbags* em veículos novos. Diante disso, pergunto: não seria possível aprovar uma lei que obrigue as fábricas a instalarem nas motocicletas antenas anticérol, para evitar os graves acidentes que ocorrem com o uso de cérol nas linhas usadas em pipas?"

Juvêncio Leite, de Pirapozinho (SP)

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) responde:

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, prezado Venâncio, aprovou a obrigatoriedade de instalação de antenas nas motocicletas para a proteção dos condutores contra fios com cerol de pipas. Trata-se do projeto (PLC 6.378/05) do deputado Nilson Mourão (PT-AC). A proposta ainda deverá ser aprovada no Plenário da Câmara para depois ser discutida no Senado. Concordo com a sua preocupação e a proposta em discussão. A inclusão do equipamento não deverá aumentar muito o preço das motos. Sabemos que hoje muitos condutores de motos instalam essas antenas por conta própria na parte dianteira das motos, perto do painel de instrumentos, para evitar os riscos de acidentes com o cerol. De acordo com o autor do projeto, a antena tem protegido muitos condutores, porque

rompe a linha antes de ela ter contato com os motociclistas. Quanto ao projeto de minha autoria que obriga o *airbag* duplo nos carros fabricados no país, trata-se de medida de grande importância. Na verdade, o *airbag* duplo já é item de fábrica para os carros que o Brasil exporta para países mais desenvolvidos. A proposta vem em defesa da vida, porque está comprovada a eficiência do *airbag* em acidentes. A inclusão do *airbag* não vai onerar em demasia o preço final do veículo porque, com a generalização do uso, o custo do novo item seguirá uma tendência natural de barateamento. Acredito que esta foi uma vitória do consumidor. Depois de sancionada pelo presidente Lula a lei será regulamentada pelo Conselho Brasileiro de Trânsito. A lei passa a valer um ano após essa regulamentação, no caso dos novos projetos. Para os modelos antigos, passa a vigorar após quatro anos.



Novas leis em defesa da mulher

O *Especial Cidadania* traz, na semana em que é comemorado o Dia Internacional da Mulher – 8 de março –, as leis dos últimos cinco anos que representaram ganhos para a população feminina do país. Entre os destaques, estão a Lei Maria da Penha, que torna mais rigorosas as punições para agressões contra a mulher no ambiente doméstico, e a que permite ampliar de quatro para seis meses a licença-maternidade.

Acompanhante durante o parto

Realidade no sistema privado de saúde do país, só a partir da Lei 11.108/05 o direito a acompanhante na hora do parto foi garantido às brasileiras que utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS). A legislação estabelece que os serviços de saúde do SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença de um acompanhante junto à parturiente – indicado pela mesma – durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato. A lei entrou em vigor em 7 de abril de 2005.

Nova arma contra violência doméstica

A Lei 11.340/06, também conhecida como Lei Maria da Penha, cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Os agressores passaram a ser presos em flagrante ou a ter prisão preventiva decretada e não podem mais ser punidos com penas pecuniárias, como o pagamento de cestas básicas, de acordo com as alterações feitas no Código Penal, Código de Processo Penal e Lei de Execução Penal.

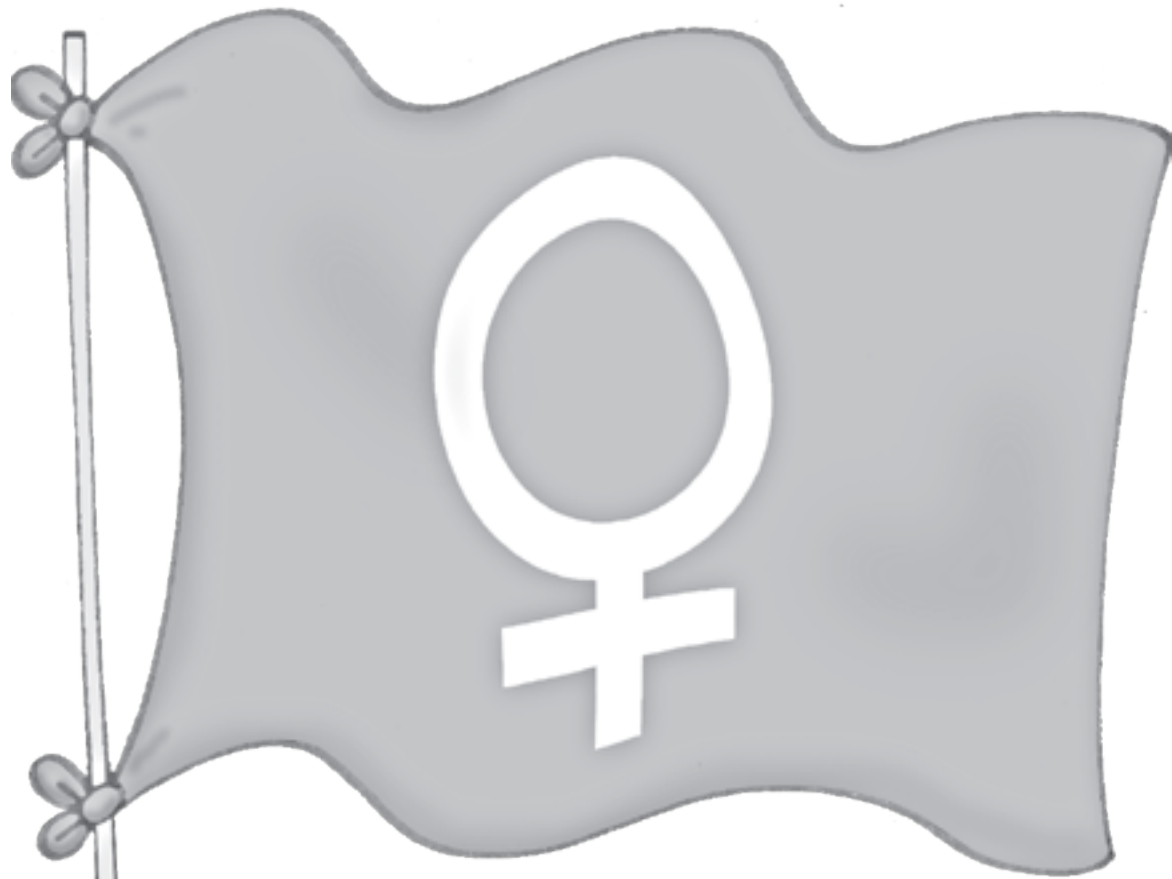
Outras inovações trazidas pela legislação – em vigor desde 22 de setembro de 2006 – são o aumento do tempo máximo de detenção de um para três anos e a previsão de medidas como a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação da mulher agredida e filhos.

A criação dos juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher também está prevista na lei, batizada em homenagem à farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes. Agredida durante seis anos pelo marido, que tentou matá-la duas vezes, ficou paraplégica. O caso chegou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que acatou, pela primeira vez, uma denúncia de crime de violência doméstica. O agressor foi condenado a oito anos de prisão, mas ficou somente dois anos em regime fechado.

Em junho de 2007, a Lei 11.489 instituiu 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Em 1989, nessa data, ocorreu no Canadá o que ficou conhecido como o Massacre de Mulheres de Montreal, quando um estudante entrou armado numa escola politécnica e, gritando que queria acertar apenas “as feministas”, matou 14 alunas.

Local do parto predefinido

Desde dezembro de 2007, segundo determina a Lei 11.634, o pré-natal e o parto devem ocorrer no mesmo estabelecimento hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS). A vinculação à mesma unidade de saúde será feita quando a gestante se inscrever no programa de assistência pré-natal do SUS. A lei estabelece ainda que a maternidade deve estar apta a prestar assistência necessária conforme a situação de risco gestacional e no pós-parto. Caso seja comprovada falta de aptidão técnica e pessoal da maternidade, o SUS deve analisar os requerimentos de transferência da gestante, além de cuidar de sua transferência segura.



Mais 60 dias para cuidar do bebê

Desde setembro de 2008, a administração pública federal está autorizada a instituir a licença-maternidade de 180 dias para suas servidoras, de acordo com a Lei 11.770. Para as trabalhadoras de empresas privadas, a partir de 2010 já será possível prorrogar o benefício de quatro para seis meses. A prorrogação da licença-maternidade – facultativa para o empregador – deve ser requerida pela empregada até o final do primeiro mês após o parto e possibilita que a empresa deduza do imposto devido o total da remuneração paga nos 60 dias, mas é responsável pelo recolhimento da contribuição previdenciária referente aos dois meses.

A lei prevê que a prorrogação será garantida, na mesma proporção, à empregada que adotar criança ou obtiver a guarda judicial. Nos dois meses a mais de licença-maternidade, assim como já ocorre no período habitual do benefício, a trabalhadora fica proibida de exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.



Prevenção contra o câncer de mama e de colo do útero

A Lei 11.664/08 garante exame anual de mamografia às mulheres com mais de 40 anos e, às que tenham iniciado a vida sexual, exame citopatológico (Papanicolau). A determinação, que pretende assegurar prevenção, detecção e tratamento do câncer pelo SUS, estará em vigor a partir de 30 de abril deste ano – 12 meses após a publicação da lei.

Atualmente, os exames são feitos de graça somente quando as mulheres apresentam sintomas da doença. Uma portaria do Ministério da Saúde prevê mamografias para mulheres acima de 50 anos a cada dois anos.

A nova legislação estabelece que, no caso de atendimento ou exames mais complexos, a paciente será encaminhada a unidade diferente da que originalmente prestou o atendimento.

Outra garantia da lei é a assistência integral à saúde da mulher, incluindo amplo trabalho informativo e educativo sobre prevenção, detecção, tratamento e controle ou tratamento do câncer de mama e de colo do útero.

Pensão alimentícia durante gestação

Publicada em novembro de 2008, a Lei 11.804 garante que as despesas da mulher grávida devem ser partilhadas e, para isso, o pai pague parte dos custos desde a concepção até o parto. Pela lei, a pensão compreende os valores suficientes para cobrir as despesas adicionais da gravidez, inclusive as referentes a alimentação especial, assistência médica e psicológica, exames complementares, internações, parto, medicamentos e demais prescrições preventivas e terapêuticas indispensáveis, a critério médico e judicial. A nova legislação determina que, convencido da existência de indícios de paternidade, o juiz irá fixar os chamados “alimentos gravídicos” – nome dado à pensão alimentícia solicitada pela gestante – a serem prestados pelo futuro pai.

Saiba mais

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Via N1 Leste, s/n, Pavilhão das Metas,
Praça dos Três Poderes
Brasília (DF) – CEP 70150-900
(61) 3411-4330
web@spmulheres.gov.br